



OLHARES

REVISTA DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - UNIFESP

RACISMO E SOFRIMENTO MENTAL DE ESTUDANTES NEGROS NA UNIVERSIDADE - entrevista com Deivison Faustino

RACISM AND THE MENTAL SUFFERING OF BLACK STUDENTS AT
UNIVERSITY – interview with Deivison Faustino
RACISMO Y SUFRIMIENTO MENTAL DE LOS ESTUDIANTES NEGROS EN LA
UNIVERSIDAD – entrevista con Deivison Faustino

Fabício Gobetti Leonardi
Universidade Federal de São Paulo
fabricio.leonardi@unifesp.br

Deivison Mendes Faustino
Universidade de São Paulo
deivison.faustino@usp.br

Resumo: A diversificação da população estudantil nas universidades públicas brasileiras, impulsionada por programas de cotas e ações afirmativas, juntamente com o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), transformou o perfil dos estudantes de graduação. Esse novo cenário gerou desafios institucionais, especialmente em relação à saúde mental dos estudantes, uma questão amplamente discutida nos últimos anos. No entanto, a literatura existente ainda carece de estudos que abordem o sofrimento específico de estudantes negros, especialmente em relação às questões raciais e ao racismo. Gestores e trabalhadores da assistência estudantil enfrentam desafios diários para garantir a permanência dos estudantes negros, mas falta um debate consolidado sobre esses desafios. Esta entrevista com Deivison Faustino, doutor em sociologia e pós-doutor em psicologia clínica, além de especialista em educação das relações étnico-raciais e saúde da população negra, busca discutir a interseção entre saúde mental, relações raciais e racismo no ambiente universitário. Faustino, integrante do Instituto Amma Psique e professor na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), traz sua experiência e vivência para abordar as múltiplas faces do racismo institucional e estrutural que afetam a saúde mental dos estudantes negros. Na entrevista, procurou-se direcionar a conversa sobre a trajetória acadêmica e pessoal do entrevistado, as relações raciais no contexto universitário e suas percepções e vivências em relação ao racismo.

Palavras-chave: Relações raciais. Racismo. Universidade. Estudantes. Saúde Mental. Permanência estudantil.

Resumen: La diversificación de la población estudiantil en las universidades públicas brasileñas, impulsada por programas de cuotas y acciones afirmativas, junto con el Programa de



Reestruturação e Expansão de las Universidades Federales (Reuni), ha transformado el perfil de los estudiantes de pregrado. Este nuevo escenario ha generado desafíos institucionales, especialmente en relación con la salud mental de los estudiantes, una cuestión ampliamente discutida en los últimos años. Sin embargo, la literatura existente aún carece de estudios que aborden el sufrimiento específico de los estudiantes negros, especialmente en relación con las cuestiones raciales y el racismo. Los gestores y trabajadores de la asistencia estudiantil enfrentan desafíos diarios para garantizar la permanencia de los estudiantes negros, pero falta un debate consolidado sobre estos desafíos. Esta entrevista con Deivison Faustino, doctor en sociología y postdoctor en psicología clínica, además de especialista en educación de las relaciones étnico-raciales y salud de la población negra, busca discutir la intersección entre salud mental, relaciones raciales y racismo en el entorno universitario. Faustino, integrante del Instituto Amma Psique y profesor en la Universidad Federal de São Paulo (Unifesp), aporta su experiencia y vivencia para abordar las múltiples caras del racismo institucional y estructural que afectan la salud mental de los estudiantes negros. En la entrevista, se buscó dirigir la conversación sobre la trayectoria académica y personal del entrevistado, las relaciones raciales en el contexto universitario y sus percepciones y vivencias en relación con el racismo.

Palabras clave: Relaciones raciales. Racismo. Universidad. Estudiantes. Permanencia estudiantil. Salud Mental.

Abstract: The diversification of the student population in Brazilian public universities, driven by quota programs and affirmative actions, along with the Federal Universities Restructuring and Expansion Program (Reuni), has transformed the profile of undergraduate students. This new scenario has generated institutional challenges, especially regarding the mental health of students, a widely discussed issue in recent years. However, the existing literature still lacks studies addressing the specific suffering of black students, particularly concerning racial issues and racism. Managers and student assistance workers face daily challenges to ensure the permanence of black students, but there is a lack of a consolidated debate on these challenges. This interview with Deivison Faustino, a PhD in sociology and postdoc in clinical psychology, as well as a specialist in ethnic-racial relations education and black population health, aims to discuss the intersection between mental health, racial relations, and racism in the university environment. Faustino, a member of the Amma Psique Institute and professor at the Federal University of São Paulo (Unifesp), brings his experience and insight to address the multiple faces of institutional and structural racism that affect the mental health of black students. The interview sought to direct the conversation about the interviewee's academic and personal trajectory, racial relations in the university context, and his perceptions and experiences regarding racism.

Keywords: Racial relations. Racism. University. Students. Student retention. Mental health.

Introdução¹

É notório que a diversificação do perfil da população estudantil das universidades públicas via programa de cotas (Lei 12.711/2012) e outras ações afirmativas, bem como com a implantação do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) em 2007, mudaram drasticamente

¹ Para a melhor compreensão das discussões apresentadas neste texto, recomenda-se que o leitor tenha familiaridade com as obras de Abdias do Nascimento, Angela Davis, Audre Lorde, Djamilia Ribeiro, Frantz Fanon, Friedrich Engels, Georg Lukács, Karl Marx, Karel Kosik, Laurentino Gomes, Lélia Gonzalez, Merleau-Ponty, Neusa Santos Souza, Paulo Freire, Paulette Nardal, Sigmund Freud, Sueli Carneiro, Thomas Hobbes e François Tosquelles.



o perfil dos estudantes de graduação das universidades federais, produzindo novas questões e desafios institucionais. O número de jovens matriculados autodeclarados pretos, por exemplo, passou de 27.693 em 2003 para 143.599 em 2018 (Andifes, 2018).

O REUNI, instituído pelo Decreto nº 6.096/2007, teve como objetivo ampliar o acesso e a permanência no ensino superior público por meio da criação de novos campi, aumento de vagas e reestruturação curricular. Complementando esse processo, a Lei nº 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas, estabeleceu a reserva de vagas para estudantes oriundos de escolas públicas, com recortes para pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência. Mais recentemente, a Lei nº 14.723/2023 atualizou a legislação, reduzindo o teto de renda para cotistas, incluindo estudantes quilombolas entre os beneficiários e priorizando políticas de assistência estudantil para esse público.

No que tange às questões relacionadas à saúde mental dos estudantes do ensino superior tem sido fortemente abordadas nos últimos anos, como temática relacionada à vivência e permanência estudantil. Não é à toa que neste ano de 2023 a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino (Andifes) pela primeira vez trouxe como pauta única em um de seus encontros temáticos. Também as universidades e o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis (Fonaprace) tem se debruçado amplamente sobre o tema em encontros e articulações políticas.

O que chama a atenção é que apesar de termos uma literatura em ascensão sobre saúde mental e universidade, praticamente não existem estudos que explorem a especificidade do sofrimento de estudantes quando relacionado às questões raciais e ao racismo. Se por um lado, gestores e trabalhadores da assistência estudantil cotidianamente tem o desafio de possibilitar e desenvolver recursos materiais e simbólicos de permanência estudantil para os estudantes negros, por outro, não existe um debate acumulado em torno dos desafios que isso significa.

Nesse sentido, buscamos o professor e pesquisador Deivison Faustino por sua expertise e relação orgânica com o tema. Além de doutor em sociologia pela UFSCAR, pós-doutor em psicologia clínica pela Universidade de São Paulo (USP) e integrante do Instituto Amma Psique, ele tem se dedicado ao estudo da educação das relações étnico-raciais, do pensamento negro, da saúde da população negra e também psicologia e relações raciais como áreas de seus estudos, tendo significativas publicações sobre esses temas. Como colega da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) temos ciência de que ele é chamado a apoiar e intervir em diversas questões relacionadas à saúde mental de estudantes negros e que vivencia no cotidiano da universidade as várias faces do racismo institucional e estrutural que se espriam pelas relações. Assim, esta entrevista



tem como objetivo abrir uma discussão urgente e necessária sobre a interseção entre saúde mental, relações raciais e racismo no ambiente universitário.

Entrevista

1. Como podemos pensar esta interseção entre saúde mental, relações raciais e combate ao racismo na universidade, considerando as demandas específicas dos estudantes negros? As discussões sobre saúde mental na universidade estão gerando resultados práticos, na sua visão?

Como um homem negro e professor que se dedica ao estudo das relações raciais, minha formação em sociologia me levou a explorar diálogos interdisciplinares, especialmente com a psicologia e a psicanálise. Além disso, sou membro do Amma Psique, uma organização que concentra seus esforços em questões de saúde mental e racismo. Ao longo dos anos, tenho sido procurado por diversas pessoas e instituições, e recentemente, tenho notado um aumento significativo na demanda para abordar questões relacionadas à universidade e saúde mental. Isso me chama a atenção, mostra que algo está mudando na percepção sobre o assunto, que, embora não seja novo, parece estar ganhando relevância.

Mas por que a saúde mental de estudantes negros está sendo pautada agora? Acredito que isso está relacionado à crescente sensibilidade da sociedade em relação às questões raciais. O movimento negro desempenhou um papel fundamental ao trazer esse debate para o público e torná-lo incontornável. Além disso, os estudantes estão politizando e pautando essa questão e pressionando as universidades por respostas. A grande pergunta é se as respostas de fato respondem, se são suficientes. Eu acho que não, mas essa busca é um sintoma de uma mudança em curso na maneira como buscamos soluções para isso, já que antes sequer era tematizado.

Pensando de forma atemporal, quando um estudante negro entra na universidade, ele entra em uma universidade branca, uma universidade que não foi projetada para dialogar com sua experiência e atender às suas necessidades. Além disso existem outras limitações sociais que condicionam a universidade. Por exemplo, quem mora na periferia vai demorar muito mais tempo para chegar nas universidades que tradicionalmente se encontram nas zonas centrais do que os estudantes que já moram nessas regiões centrais. Ainda que as universidades fossem wakanda, os estudantes negros ainda teriam que continuar trabalhando para complementar ou levantar a renda da família. Isso sem contar um conjunto de outras vulnerabilidades que já aparecem como desafio para a universidade.



Mas a universidade não é wakanda, ela é uma cópia mal sucedida da Sorbonne com pitadas insossas de Bolonha e Chicago.

Eu tenho um exemplo curioso: uma vez eu convidei uma amiga chamada Eliane Almeida, pesquisadora de Abdias do Nascimento e Paulete Nardal, para participar de uma aula minha sobre Lélia Gonzalez. Quando ela entrou na sala, as alunas negras que estavam na sala reagiram imediatamente, quase aplaudindo-a antes dela emitir qualquer palavra. Foi impressionante como elas ficaram, na expressão dos rostos, a felicidade de ver uma pessoa negra que elas imaginaram ser a professora, entrando na sala. O efeito inverso também é verdadeiro, como observado. Há uma questão subjetiva quando estudantes negros chegam à universidade. Eles não conseguem se ver representados, seja na bibliografia, nos exemplos utilizados em sala de aula ou nas imagens que a universidade apresenta. Essas imagens não se limitam ao corpo docente, mas abrangem toda a arquitetura e representatividade da instituição.

Eu percebo que estamos vivendo um momento de avanço no debate racial. Ele alcança lugares que antes eram pouco explorados. Isso é importante, especialmente quando se observa a experiência dos estudantes negros. Muitos deles chegam à universidade já conscientes de sua identidade e das questões raciais, e isso representa uma mudança em relação ao passado. No entanto, esse mesmo estudante se encontra em uma situação na qual não se vê representado pela instituição. Essa falta de identificação gera desconfiança. Eles duvidam que um profissional branco possa compreendê-los plenamente em seus momentos de vulnerabilidade, o que explica a busca por psicólogos negros. Essa desconfiança também se estende a outros serviços oferecidos pela instituição. Há, de fato, uma desconfiança a priori. Quando o estudante ingressa na universidade, essa não representação acrescenta mais uma camada de sofrimento. Além disso, a universidade enfrenta uma série de problemas. A pressão por produtividade, a escassez de recursos, o fechamento de turmas em alguns cursos e altos índices de evasão são apenas algumas das crises que ela enfrenta. A instituição também está sujeita a questionamentos de uma sociedade que, em alguns aspectos, se mostra fundamentalista e cética em relação à ciência. Mesmo sem considerar as questões de discriminação, o processo educacional já seria desafiador, dado o diverso conjunto de experiências que os estudantes trazem e a necessidade de avaliá-los sob os mesmos critérios.

Portanto, essa desconfiança inicial persiste. O estudante chega à universidade, mas não se vê nela, intensificando o sofrimento que já existe. Na verdade, isso cria uma série de desafios e barreiras que se sobrepõem. As discriminações complicam ainda mais essa transição, tornando algo que já seria desafiador e insuportável para alguns. Essa pressão adicional pode explicar os números alarmantes de problemas de saúde mental e taxas de desistência.



Falando em números, embora eu não tenha explorado mais profundamente, a questão dos suicídios tem surgido como uma preocupação séria. Mas é importante entender que esses números não têm uma única causa, mas sim uma combinação de fatores. Pode levar alguém a desistir do curso ou, em casos extremos, da própria vida no contexto universitário.

Outro elemento a ser considerado é a falta de discussão sobre questões como racismo, gênero e transfobia na universidade até recentemente. Essa omissão também gera uma fonte de sofrimento. Embora a instituição esteja tentando abordar esses temas atualmente, muitas vezes, o jeito que isso é feito pode ser bem ruim ou até pior do que não abordá-los. Recentemente, ocorreu uma situação em que alguns professores tentaram aplicar uma dinâmica com o intuito de discutir privilégios e estigma. No entanto, isso resultou em uma situação em que os alunos negros se sentiram expostos. Em vez de focar nos privilégios dos brancos, a dinâmica acabou direcionando o estigma para os alunos negros. A forma como você conduz esse tipo de discussão em sala de aula pode criar uma sensibilização e impactar sobre aqueles que permanecem no final, questionando o motivo de estarem ali. Alguns podem se perguntar: 'O que estou fazendo aqui?' ou 'Por que estou sendo submetido a esse tipo de exposição?' Isso é uma preocupação real, e muitos estudantes negros reclamaram com professores e coordenação da disciplina, relatando que se sentiram estereotipados e constrangidos com forma como a dinâmica foi feita.

2. Como você acha que as ações afirmativas impactam a atual estrutura universitária? Quais as questões que professores e estudantes negros enfrentam quando entram na universidade?

Faz sentido começar por abordar essa inversão. Com as ações afirmativas, o que ocorre não é uma modificação direta da estrutura, mas sim uma fratura. A elite permanece presente, e a própria organização da universidade ainda está direcionada a atender a essa elite. A maneira como a universidade é concebida, avaliada e como ela produz reflete uma adaptação às necessidades dessa elite. Quem está aqui com todas as condições e com a “cabeça limpa”, já tem uma quantidade considerável de trabalho. É só olharmos para as exigências da graduação, com seus processos como estágio, elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), as pressões por desempenho nas disciplinas, Iniciação científica, etc.

Por outro lado, as ações afirmativas também têm o potencial de relativizar esse cenário. Elas vão trazer questões de todos os lados. O professor também não sabe o que fazer com esse novo aluno, que não apenas traz outras experiências, como traz outras dificuldades que anteriormente não estavam ali,



ou o confronto com literatura que ele não conhece. E isso traz ressentimentos. Muitas vezes sou convocado para participar de bancas de temas que eu não estudo, porque o aluno negro tem medo de ir para banca com professores brancos, ele acha na cabeça dele que o professor branco vai arregaçar o trabalho dele porque ele está criticando o racismo, e os professores brancos não aguentarem ouvir que fazem parte dessa engrenagem racista que está dada. Algumas temáticas que eu não entendo, que eu não estudo, eu acabo participando da banca porque o aluno insiste.

Essa fratura também traz ressentimentos brancos. Eu não saberia dizer como isso pode aparecer entre os estudantes, mas entre professores frequentemente eu sou convocado a mediar. Por outro lado, esse processo também traz questões novas para o estudante, já que tanto a instituição não foi pensada para ele como ele também não foi pensado para a instituição, ele também vai ter que lidar com essa nova jornada. Diferentemente de quem cresceu em um ambiente onde a educação superior era um caminho natural, o estudante negro muitas vezes é o pioneiro em sua família a sentar num banco universitário. Às vezes ele se depara com a dificuldade de explicar o próprio curso para a família, e, ao mesmo tempo, nem a família sabe o que é ou o que esperar da trajetória universitária. Ele vai entrar para desbravar um processo muitas vezes distante das expectativas iniciais e repleto de exigências que ele pode não se sentir preparado para enfrentar. Os obstáculos podem ser concretos, relacionados a recursos e oportunidades limitados, mas também podem ser bloqueios subjetivos.

O racismo, de maneira subjetiva, leva a pessoa negra a questionar o próprio potencial, minando sua confiança no decorrer desse processo de autodescoberta na universidade. Eu não vou dar conta do inglês, não vou dar conta de escrever como se exige na escrita acadêmica, não vou conseguir cumprir o prazo. Essa sensação de não conseguir é paralisante. Esse estudante entra nesse mundo branco, ele próprio como alguém que também traz um conjunto de repertórios que não diz somente sobre a formação em uma escola do ensino médio precária mas também ele traz repertórios que não estavam na mesa que poderiam dizer mais sobre ele. Às vezes esse repertório é extracurricular, o estudante, por exemplo, é um excelente organizador comunitário, ou ele faz rap, ou ele é líder dentro de uma igreja evangélica. Ele pode ter outros repertórios que não tem lugar nessa formação conteudista da universidade. É sobre como fazer para que ele não passe a duvidar do próprio potencial. Alguns ficam pelo caminho.

Essa inversão que está colocada, a escola do ensino fundamental e médio pública é para os pobres, e a universidade pública é para os ricos, para a elite. Quando um estudante negro, proveniente de espaços precários, chega à



universidade, ele muitas vezes não consegue acompanhar o padrão de vida de seus colegas, nem atender às expectativas que se baseiam na realidade desses colegas. Isso é um aspecto crucial a se considerar ao abordar o racismo na universidade e seu impacto no sofrimento psíquico dos estudantes.

Frequentemente, as discussões sobre racismo na universidade se limitam a questões evidentes, como não proferir ofensas racistas. Mas o verdadeiro desafio está na estrutura do sistema acadêmico. Será que essa estrutura é capaz de atender às necessidades desses alunos, que de alguma forma alteram a dinâmica convencional? É uma questão delicada, porque a instituição não pode esperar que esses alunos alcancem resultados diferentes do que se espera dos demais. Dizer que, por serem negros, eles podem obter notas mais baixas e ainda passar não é uma solução realista. Esse debate deve ser ampliado indo além do racismo evidente. Deve considerar como a estrutura da universidade e o sistema de avaliação que está posto se relacionam com as diversas trajetórias dos estudantes, levando em conta as desigualdades sociais, econômicas e educacionais que eles enfrentam.

Quando um curso não inclui o repertório que o estudante traz em seu processo de ensino e avaliação, perde a chance de enriquecer a formação como um todo. As formas como são realizadas as avaliações muitas vezes não refletem o verdadeiro potencial do estudante, resultando em notas mais baixas do que o de fato ele merecia. O problema não reside no estudante em si, mas nas limitações do sistema de ensino e de avaliação.

Muitas vezes, o estudante não é o problema, e o repertório diversificado que ele traz pode se tornar um elemento valioso em sua futura experiência profissional. O verdadeiro problema reside no próprio curso e na maneira como ele é concebido.

Essa situação leva à auto responsabilização individual do estudante, que, ao enfrentar dificuldades, é tratado como o único culpado por seu fracasso. Essa fragilidade é, na verdade, uma questão institucional, uma vez que o racismo na universidade não se manifesta apenas por meio de linguagem ofensiva, chamando o outro de macaco, por exemplo, mas também através de um currículo que muitas vezes reflete uma perspectiva eurocêntrica.

É preciso discutir o lugar das questões raciais no currículo e na formação dos estudantes. Um exemplo ilustrativo é o nosso curso de Serviço Social que fez uma revisão na linha antirracista de seu currículo, o que é uma boa prática e deveria servir de exemplo. Até recentemente, esse curso não incorporava conteúdos relacionados à questão racial em sua formação, e os alunos negros enfrentavam desafios, questões. Eles podiam reclamar, sofrer, desenvolver problemas de saúde mental, se tornar ativistas ou até abandonar o curso. No entanto, quando esses estudantes ingressavam no mercado de trabalho, o



público-alvo deles, majoritariamente, era a população negra. Portanto, o curso perdia uma oportunidade valiosa de preparar seus alunos.

A universidade, muitas vezes, desempenha um papel direto no adoecimento dos estudantes, mas também existem questões mais amplas e externas como o próprio neoliberalismo, que contribui para a crescente precarização da vida. Essa precarização, no entanto, não afeta a todos da mesma maneira e é desigualmente distribuída em termos de raça, gênero, classe social, renda e território. Isso afeta de forma mais significativa a população negra. Como pensar essas questões externas no âmbito formativo é outro desafio enorme e que deve ser considerado. Houve casos em que enfrentamos crises, mas muitas vezes essas crises ultrapassam o papel da universidade. Elas se enquadram em áreas como assistência social, saúde mental e políticas de renda, que vão além das capacidades da universidade. Mas elas impactam diretamente na experiência dos estudantes.

A questão crucial é: como podemos lidar com esses desafios? Essa é uma pergunta que precisa ser feita, mas ainda não foi devidamente explorada, exceto em tempos recentes. E, quando começamos a fazê-la, frequentemente o fazemos em resposta a tragédias, como quando um aluno tira a própria vida, ou quando um aluno adoece e protesta de forma extrema. Às vezes, simplesmente não fazemos essa pergunta, e o problema recai sobre o aluno. Seguimos com o mesmo padrão de sempre.

A forma como o neoliberalismo afeta as instituições impacta brancos e negros, ricos e pobres, mas de maneiras variadas. Não estou afirmando que o estudante negro sofre mais, em termos de cometer suicídio, mas reconheço que ele enfrenta nuances e desafios muito específicos ao buscar concluir um curso. É importante assumir que esse processo é desafiador para qualquer estudante, e talvez seja necessário repensar o próprio processo. Devemos reconhecer que as expectativas de produtividade, a meritocracia e a carga de expectativas depositadas nos estudantes são questões reais.

Quando falo sobre branquitude, não estou dizendo que o branco não sofre. Estou dizendo que o racismo torna sua vida pior. Talvez isso nos ajude a pensar nas desigualdades, não apenas raciais, mas também nas desigualdades em geral. É importante dar espaço às questões raciais, dada a história das relações raciais na universidade e seu papel nas desigualdades contemporâneas. Isso torna a discriminação racial diferente de outras formas de discriminação, embora seja uma forma de discriminação como qualquer outra.

Quando considero a questão da transfobia, por exemplo, percebo que muitas pessoas enfrentam desafios ao passar por processos de transição de gênero na universidade. É uma realidade complexa, já que as pessoas geralmente são conhecidas por um nome e, durante a transição, podem



continuar sendo chamadas pelo nome anterior, e isso é super desconfortável. Embora a universidade possa ser vista como um espaço acolhedor para essa experiência, ela ainda é predominantemente cisgênera e heteronormativa. A pergunta que surge é se a universidade está se transformando em um ambiente que acolhe a descoberta da identidade racial dos estudantes negros.

Outro ponto é lembrar que nem todos os estudantes negros são economicamente desfavorecidos, vivem em condições precárias ou pertencem a áreas marginalizadas. Há uma variedade de variáveis, e estereótipos não se aplicam a todos. Vamos supor que a universidade esteja considerando o "estudante negro médio". A pergunta que surge é se a universidade está se adaptando para ser um espaço acolhedor para essas diversas experiências.

Como professor, a impressão que tenho é que essa pergunta raramente encontra espaço na rotina universitária. Há um cronograma a ser seguido, aulas a serem ministradas, avaliações a serem realizadas, provas a serem aplicadas e trabalhos de conclusão a serem produzidos. Tudo isso precisa ser realizado dentro dos recursos disponíveis. Parece que a estrutura da universidade torna essa pergunta quase irrelevante diante de seu desenho institucional.

Infelizmente, a falta de espaço para abordar essas questões acaba contribuindo para a reprodução de um ambiente hostil na prática. Alguns grupos se sentem mais marginalizados do que outros, e essa realidade nem sempre é discutida nas conversas e nas ações da universidade. Então, o que resta é penalizar aqueles que não se encaixam nesses *modus operandi*, ou seja, avaliar de forma injusta. Acredito que a universidade pode ser um espaço onde muito está em jogo, porque há coisas que ocorrem nela que não dependem apenas dos professores e técnicos; os próprios estudantes também moldam esse ambiente acadêmico e criam coisas que vão além dos currículos predefinidos.

Teoricamente, o ensino universitário está estruturado para formar uma classe altamente especializada de trabalhadores capacitados para lidar com uma ampla gama de desafios sociais. Então, como você lida com esse tipo de argumento? Qual deveria ser o propósito da universidade? Qual caminho a universidade deveria seguir?

O que a universidade deveria ser é uma pergunta importante. Está na essência do que consideramos como formação. Por que os estudantes buscam a universidade? É porque a universidade detém conhecimento técnico e universal, e a missão dela é transmiti-lo. Mas antes disso, há a questão de a educação superior ser frequentemente vista como o maior meio de ascensão social. Isso é algo que precisamos considerar.

Os estudantes que chegam à universidade, além das questões acadêmicas e do ambiente universitário, estão explorando territórios desconhecidos. Alguns deles nunca saíram de seu bairro e, de repente, estão atravessando a cidade, ou



mesmo vindo de outra cidade ou região do estado. Estão prestes a viver uma experiência totalmente nova. Isso acrescenta uma dimensão, algo novo a ser vivido, e está relacionado à experiência de classe. A universidade permite que você entre em contato com grupos que você nunca teve a oportunidade de conhecer.

No entanto, se tudo correr bem e você se formar, terá a oportunidade de acessar lugares que antes nem sequer eram imaginados, dependendo do estudante e até mesmo de sua família. Você poderá acessar postos de trabalho e posições profissionais que permitem uma certa mobilidade social. Neusa Santos Souza, uma autora importante para esse debate, analisou na década de 80 o fenômeno dos negros que conseguiram ascender socialmente, seja por razões profissionais ou qualquer outra. Ela afirma que essas pessoas enfrentam desafios, pois acabam se desconectando de suas comunidades de origem.

Mas o novo ambiente em que se encontram não é exatamente acolhedor. Não é uma comunidade que diz: "Você é um de nós." Em vez disso, é um lugar que trata você com desconfiança, onde você deve estar alerta o tempo todo, esperando uma possível hostilidade. Isso pode contribuir para problemas de saúde mental, pois você não tem o conforto e o relaxamento que costumava ter. Você está sob estresse constante em um ambiente que já é estressante por si só. A questão da ascensão não é apenas uma conquista, mas também uma carga. Quando você chega como uma minoria, olha ao redor e não se vê representado. Ao mesmo tempo, não pode se sentir completamente à vontade, porque, embora ninguém esteja te atacando, você percebe que não está em casa. As piadas, as experiências de vida e os pontos de referência não são os mesmos. Isso gera um sofrimento adicional. Neusa Santos Souza observa que essa conquista tem um custo alto, e algumas pessoas acabam desmoronando. É preciso pensar uma mudança ao longo do tempo.

Quando ela escreveu isso nos anos 80, o movimento negro estava apenas começando a denunciar o racismo. Acredito que as denúncias surtiram efeito, e hoje vivemos em um contexto político diferente, onde ninguém tem coragem de negar a existência de racismo, pelo menos publicamente. Ninguém ousa dizer que não há racismo aqui, na universidade, pelo menos não publicamente. Há exceções, como uma professora que chamou uma aluna de feia, outra que sugeriu que a aluna estava muito velha para frequentar um curso de graduação. É aquele tipo de professor que diz o que todo mundo pensa mas que deixa escapar, quase sem querer, o racismo escondido. Mas o discurso oficial não é o discurso antinegro. O ponto que quero destacar é que houve uma mudança na sociedade brasileira, não porque o racismo tenha desaparecido, muito pelo contrário, mas devido à maior presença de negros nas universidades, principalmente por meio das ações afirmativas. Também há uma maior presença



da questão racial no debate público, e a internet oferece novas possibilidades para a criação de comunidades identitárias.

Os coletivos desempenham um papel importante nessa mudança. Diferentemente da época de Neusa Santos, quando havia apenas um estudante negro por curso, hoje existem coletivos negros nas universidades. Por exemplo, em 2022 participei de um debate sobre racismo na universidade e fiquei surpreso ao ver 40 pretinhos na sala, com todas as cadeiras ocupadas e pessoas sentadas no chão. Isso era improvável quando me formei e mesmo quando o Reuni foi implantado e as universidades federais expandiram..

Essa mudança cria novos laços e novas políticas. Ela nos faz repensar o currículo, indo além das prescrições e criando novas formas de currículo vivido. Isso vai além das estruturas que organizamos e gera novas formas de acolhimento, mas também traz novas questões.

Uma delas é que, às vezes, os coletivos podem se fechar muito na temática da identidade, dificultando a abertura de espaço para que os estudantes transitem para além dessa suposta identidade. É um movimento natural de defesa contra uma opressão mas se não for situado em suas contribuições, contradições e limites pode vir a ser um novo espaço de controle e até de repetição infinita do lugar da vítima. Uma política emancipatória é aquela que liberta o sujeito das violências que o traumatizaram para que ele encontre a si e ao seu desejo, descolando-se do trauma. Mas esse movimento implica assumir parte da responsabilidade nos próprios fracassos. Ao contrário disso, vemos em muitas militâncias de toda ordem a repetição de um culto ressentido ao suposto agressor, em uma narrativa onde a contradição - que é eminentemente humana - esteja sempre fora, no homem branco hétero-cis-sudestino-burguês... Essa denúncia é necessária, mas não é suficiente para assumirmos a responsabilidade das nossas escolhas.

A denúncia é necessária, mas é preciso ir além do ressentimento e caminhar na direção de um projeto transformador que só se efetiva negociando com aqueles que não são imediatamente idênticos a nós, mas não estão do outro lado em todas as frentes de luta.

Tenho notado uma certa fadiga dessa perspectiva mais unilateral, mas às vezes ela se fundamenta no desejo de jogar o bebê com a banheira e a água do banho. É comum ver alunos reclamando que não querem mais falar sobre o racismo o tempo todo. Eles dizem coisas como: "Passei toda a minha vida lutando para falar sobre racismo na universidade, e agora estou cansado disso". Precisamos entender o que eles estão dizendo. Não se trata apenas de estudantes negros, mas também de estudantes em geral. Alguns estão cansados de falar sobre racismo.

O que eles estão expressando é que estão cansados da forma como o



debate tem sido apresentado. Muitas vezes, o debate é moralista, como se fosse um branco dizendo a outros brancos: "Não podemos discriminar ninguém porque somos todos iguais". É uma abordagem estereotipada. Os negros são os que mais sofrem, mas desta forma não toca em outros aspectos importantes. Essa abordagem se concentra muito na dor e revela uma falta de conhecimento teórico sobre outras maneiras de lidar com o tema, não apenas tocando os pontos de dor. Acho que é algo a se considerar: como abordar o tema de uma maneira que não seja apenas pela perspectiva da dor. Existe uma ampla literatura sobre isso, mas também não é isenta de contradições.

Eu tenho um amigo que diz que você pode abordar o tema pelo prisma da dor ou do amor. Pelo amor, você pode considerar as contribuições africanas para a produção de saúde, por exemplo, desde o antigo Egito até as práticas do Candomblé e da capoeira. Trazer aspectos positivos para o debate é válido, mas também tem seus limites. Se você seguir apenas esse caminho, sem discutir o racismo, pode transformar o debate em algo culturalista e exótico, o que é conveniente para certas instituições de poder que não questionam o status quo. O debate se torna algo como "vamos trazer os mestres indígenas, vamos trazer os mestres do candomblé para falar, podem falar, mestres, a palavra é de vocês." No entanto, essas palavras podem não ter impacto na estrutura de poder da instituição ou fora desse momento. Tudo continua como sempre foi.

Há uma complexidade aqui que envolve explorar as várias nuances, mas isso também consome tempo. A forma como a universidade está estruturada, com cada professor sobrecarregado com sua pesquisa, seus afazeres, dificulta a abordar o racismo de maneira mais profunda. Colocar um artigo a mais na bibliografia não muda a situação, a menos que haja uma abordagem mais política e institucional no sentido de estabelecer diretrizes para todos os cursos e departamentos, com a possibilidade de fazer diagnósticos locais para entender como o racismo se manifesta em cada contexto. Isso envolveria a criação de planos de trabalho específicos em cada realidade e monitorar esses planos com envolvimento de toda a comunidade. Sem um esforço coletivo mais amplo, não conseguiremos sair dos polos de denúncia ou do culturalismo exótico, que pode ser lindo, mas não aborda as contradições e conflitos subjacentes.

Recentemente, durante a organização da Semana da Consciência Negra, enfrentamos críticas de algumas pessoas que questionaram o fato de nos concentrarmos em novembro para fazer programações relacionadas à temática negra, mas o que acontece durante o resto do ano? Foi um debate construtivo, pois nos levou a discutir a implementação de políticas antirracistas no campus. No entanto, ao focarmos na discussão da política institucional, ficamos sobrecarregados e não tivemos fôlego para organizar a Semana da Consciência Negra como queríamos. Ninguém mais iria organizá-la, a menos que o



fizéssemos, então ficamos sobrecarregados tentando fazer as duas coisas e, no final, não conseguimos realizar nenhuma delas do jeito que a gente queria.

Essa sobrecarga ocorreu porque a demanda por ações antirracistas ainda não é uma iniciativa institucional, mas sim uma cobrança de uma parte do campus para o restante. Você não pode simplesmente se desobrigar disso, como professor negro, pois sabe que, se não participar da construção da semana da consciencia negra, por exemplo, ela simplesmente não acontecerá.

Outro ponto que acho relevante discutir é a saúde mental dos docentes negros que militam. Esses professores estão frequentemente sobrecarregados, sendo constantemente referenciados para resolver diversos tipos de problemas, muitos dos quais não têm respostas claras ou que deveriam ser tratados de forma diferente, mas não há ninguém disponível para lidar com eles. Como somos poucos, qualquer afastamento de um professor negro representa uma grande porcentagem. O adoecimento dos docentes é uma questão que afeta o campus como um todo, e não é apenas uma questão individual do professor. Tem a ver com o papel que desempenhamos. Somos constantemente chamados para lidar com todos os tipos de questões, algumas das quais não têm respostas claras, ou questões que talvez não deveriam ser responsabilidade nossa, mas não há ninguém mais para assumi-las. Isso cria uma sobrecarga, e você fica se perguntando se a situação poderia ser diferente se houvesse mais docentes negros para dividir essa responsabilidade.

Muitas vezes essa sobrecarga é acompanhada de um descaso. Durante a Semana da Consciência Negra, por exemplo, alguns docentes simplesmente desaparecem do campus. Os alunos sequer são incentivados a participar. Se cada docente não integrar esse período à sua própria disciplina, os alunos provavelmente verão isso como uma pausa para estudar para outras disciplinas, estudar para provas, em vez de aproveitar a oportunidade de aprendizado.

Acredito que essa sobrecarga está diretamente relacionada ao racismo institucional e à falta de representatividade na universidade. Em muitos casos, sou orientador de alunos que pesquisam tópicos que não têm nenhuma relação com minha própria área de expertise, não porque sou excepcional, mas porque sou a única pessoa disponível para orientá-los sobre racismo. Isso pode acontecer, por exemplo, com questões de ações afirmativas. Mesmo que não seja minha área de especialização, muitas vezes sou chamado a fazer parte de bancas de defesa de teses sobre ações afirmativas, pois não há outros especialistas disponíveis. Isso ocorre devido à falta de diversidade na universidade e é um reflexo do racismo institucional.



3. Qual é o papel da branquitude no debate antirracista na universidade? O que esperar dos brancos?

Temos uma questão que é não fazer concessões da branquitude, mas e os potenciais parceiros brancos? O que esperar do branco? Essa é uma balança difícil de equilibrar. É nítida a sensação de que, na maioria dos casos, os brancos parecem estar apenas performando sua solidariedade, o que gera desconfiança se realmente é possível contar com eles como aliados de fato. Isso não é apenas uma questão individual, mas também se reflete em tradições políticas do movimento negro, como a afrocentricidade, que enfatiza a ideia de que o branco jamais será um verdadeiro parceiro.

Esse debate sobre o que esperar dos brancos é difícil. Afinal, estamos lidando com uma instituição universitária que é multirracial, mas ainda amplamente controlada por brancos. As alternativas parecem ser sair da faculdade ou lutar por uma reformulação do currículo com os brancos. Não há consenso nas teorias antirracistas sobre a viabilidade de avançar com a ajuda dos brancos. Essas diferentes teorias também estão circulando entre os estudantes como perspectivas que vão às vezes facilitar, às vezes dificultar o diálogo. Existe, por exemplo, uma perspectiva, que segue mais alinhada com Abdias Nascimento que propõe um projeto negro para o Brasil, um projeto em que a questão racial ocupa um papel central, mas que é construído em colaboração com pessoas brancas. É uma perspectiva que está na roda.

Esta complexidade aumenta em um campus onde também temos a responsabilidade de cuidar, por termos cursos da área da saúde e voltados para o Sistema Único de Saúde (SUS) de uma população mais vulnerável, que em muitos casos é majoritariamente composta por pessoas negras. Ao mesmo tempo, também devemos lidar com a realidade de que brancos estarão em situações de vulnerabilidade, e o inverso também é verdadeiro. Portanto, essa discussão envolve várias camadas de complexidade.

Algo bastante difícil e desafiador é pensar a branquitude para além de um olhar moralista e autoflagelador. Muitas vezes, ouvimos que os brancos reconhecem seus privilégios, o que é importante. Porém, esse reconhecimento não deve ser o fim da linha. A questão é como pensar a implicação institucional de todos os atores envolvidos e a implicação na luta antirracista. Isso passa por colocar o branco no centro do debate.

Tenho percebido, como marxista, que há algumas linhas de ação e discurso de brancos envolvidos no debate. Primeiro, temos o branco bolsonarista. Se você faz o debate muito bem feito ele vai ficar quieto e depois vai sabotar na prática. Ou ele vai vir pra cima se aparecer uma brecha. Depois, encontramos o branco de esquerda, que acha que ele não é racista porque ele é de esquerda e porque



ele se identifica com todas as lutas. Mas ele acha que basta não discriminar para as coisas acontecerem ou ele acha que só o Bolsonaro pode ser racista. Ele não, porque ele é de esquerda e ele luta, afinal de contas, inclusive pelo pretinho. Então quando o branco de esquerda é enquadrado ele pode ser pior que o bolsonarista ou porque ele se desmonta ouve “você está errado”, ou ele se ofende e fala “então não vou mais tocar nesse assunto porque eu tento e não consigo”. E, em menor número, temos um terceiro grupo de brancos, que consegue dizer “eu estou aqui, não sou perfeito, mas estou aqui, eu posso falar besteira mas é minha causa também” e ele vai, disposto a contribuir e aprender. Em geral, o que encontramos é o primeiro e o segundo grupo.

Essa diversidade de posturas entre brancos pode complicar as iniciativas antirracistas e a construção de políticas, uma vez que a adesão e o engajamento variam muito. A política pública e a legislação são instrumentos importantes, mas não são suficientes. No dia-a-dia de trabalho os profissionais, os executores da política tem algumas brechas, algumas possibilidades de autonomia, mas se eles não acreditam de verdade, ou não tem repertório teórico, ou não tem repertório subjetivo, não tem jeito de funcionar. Eu perguntei em uma aula no curso de psicologia, como é para um terapeuta branco ouvir de um analisando “os brancos são um lixo” depois de uma situação em que esse paciente sofreu racismo. Será que ele vai conseguir ouvir e acolher essa fala, ou ele vai ter uma tendência a relativizar essa fala porque ele acha que ele mesmo não é um lixo? A terapia não é sobre ele, é sobre o analisando.

Nem todo branco quer que os pretos morram. Toda fala generalizadora tem problemas. Por exemplo, eu estava dando uma palestra sobre colonialismo e falei sobre o papel da igreja nos processos históricos. Tinha uma senhora da igreja assistindo. Eu estava falando sobre o papel do missionário na colonização africana. Onde o exército chegava, chegava o missionário. O missionário também é um agente colonial. Ela entrou em crise, perguntava “mas não tem ninguém que escapa”. Quando ela pergunta isso, ela está falando dela mesma, porque ela está na igreja e se eu disser que não tem ninguém que escapa ou ela vai ter que romper comigo, ou ela vai ter que romper com ela mesma. Então, como é ser branco? Acho que esse debate não avançou. Como é ser branco nesse debate? Tem uma hora que o debate implica uma generalização que é injusta porque toda generalização é uma forma de abstração, senão eu ia falar da exceção, mas eu estou falando da regra. Como é esse lugar? Eu acho que é um lugar que nem todo branco sustenta. E às vezes acaba sabotando por não sustentar.

E tem uma terceira coisa que é muito difícil, que nem todo negro está preparado para lidar com branco, para colar com o branco pra produzir junto porque também o negro não sabe qual é o lugar do branco na luta. O negro já apanhou tanto do branco, já foi traído tantas vezes por supostos amigos que só



estavam buscando ganhar algo com seu antirracismo performático que às vezes prefere estar entre negros... , mas é o branco que segue no poder e em algum momento, é com ele que o negro terá que negociar, as vezes, a sua própria vida. Então tem ali um conjunto também de ressentimentos e projeções atravessadas que precisam ser levadas em conta.. Existem elementos subjetivos que tornam a tarefa muito complexa. Quando conseguimos levar isso para o plano da política institucional, talvez possamos encontrar uma zona cinzenta entre, porque não há política sem seres humanos, sem pessoas. No entanto, a política implica um certo distanciamento, pois trata-se de um tema, de um conceito distinto. Acho que essa zona cinzenta permite a criação de alguns pactos. Às vezes, o outro pode não estar convencido do pacto, mas pode aceitá-lo para não ser rotulado como racista. Quantas vezes eu já vi, quando levantamos uma pauta racial, que o branco está muito incomodado, mas ele tem medo de ser visto como racista e, por isso, fica em silêncio. E assim aprovamos ações afirmativas e pautamos bibliografia que ele não queria, mas aceitou para não parecer racista. Às vezes, o mais importante não é se ele está convencido ou não, mas seguir com nossos objetivos.

Nem todas as resistências são apenas raciais, às vezes envolvem disputas de poder do próprio campo, ou área do conhecimento. Por exemplo, o Serviço Social vem de uma herança de um grupo que se tornou marxista em determinado momento, quando todos diziam que o marxismo estava ultrapassado. Eles precisaram ser rigorosos com o marxismo para chegarem até aqui. Quando o debate racial surge, ele vem por Foucault, por Deleuze.

4. Como você vê essas diferentes perspectivas teóricas influenciando as abordagens sobre o racismo no ambiente acadêmico?

A Sueli Carneiro, por exemplo, está discutindo o racismo, mas ela é foucaultiana. No entanto, o aluno quer abordar o assunto a partir da perspectiva de autora negra, como a Djamila Ribeiro, ou seja, qualquer tópico relacionado ao racismo sob a ótica de um autor negro, pois ele sente que o racismo é um tema oculto e sub representado. Ele tem um autor que aborda esse tema. Então o professor vai dizer “não, esse autor é pós-moderno”. Existe uma disputa não declarada.

Lembro-me de um caso em que uma aluna, com formação pós-moderna que ingressou no curso de Serviço Social e começou a combinar autores como Karel Kosik com Audre Lorde. No mesmo parágrafo, ela mencionou Karel Kosik falando pseudoconcreticidade numa perspectiva de totalidade e Audre Lorde ao falar sobre as ferramentas do senhor. Meu primeiro ímpeto de reação foi falar que ali havia uma incoerência. Na verdade, ela não estava muito preocupada com



Marx ou Karel Kosik, mas quando chega num curso que tem essa clivagem, acaba trazendo um autor que não tem a ver com o que de fato ela quer falar. A Audre Lorde fala sobre o feminismo negro, sobre as experiências da mulher negra. No entanto, a saída que a aluna encontrou foi colocar no mesmo parágrafo autores e ideias que, para quem leu ambos, são como água e óleo, quase impossíveis de serem conciliados. Isso fica claro, mesmo que alguém faça muitos malabarismos para tentar uni-los, pois eles estão defendendo perspectivas e ideias opostas.

O que quero destacar é que as resistências ao debate não estão apenas relacionadas ao conteúdo, mas também à forma como o debate é conduzido. Meu papel nesse contexto é um tanto desafiador. Como um antirracista marxista, muitas vezes é mais fácil para os professores lerem meu texto, que faz referência a Marx, do que lerem o texto de Sueli Carneiro, que cita Fanon. Para superar essa resistência, apresento um conjunto de bibliografias marxistas, pois acredito que se trouxesse Carneiro ou Fanon, não seria bem aceito. Outra situação interessante aconteceu quando fui dar uma palestra em Marília, e me questionaram sobre a 'mistura' em meu texto entre Fanon e Marx, considerando que Fanon não era marxista. Essa questão gerou um debate acalorado durante o evento. No entanto, esse debate dentro do marxismo é importante, tem muitas camadas.

5. Nessa linha, você acha que é possível falar sobre saúde mental numa perspectiva marxista?

Antes de entrar na temática saúde mental, queria falar sobre as teorias. Acho que, do ponto de vista da teoria, nossa geração tem algumas tarefas. Eu vou colocar uma questão que considero central sobre como devemos nos posicionar ante a questões epistêmicas. E falo como um marxista formado na tradição chasinista, que vem de uma perspectiva marxiana ortodoxa e crítica. Vamos pensar algumas questões que estão colocadas nos processos de formação profissional, como no caso do Serviço Social brasileiro, que buscou se modificar e combater o conservadorismo dentro da profissão a partir do referencial marxiano. Isso num período de crise das ciências sociais onde o Marx foi relegado. É uma geração muito heroica, pois conseguiram continuar com uma perspectiva hegemônica marxista durante a crise de paradigmas das ciências sociais, durante a queda do muro de Berlim, durante a formação do partido dos trabalhadores, trazendo e mantendo o Marx até aqui. Para isso, foi preciso defender o Marx a ferro e fogo, inclusive das incursões conservadoras que vinham por dentro do positivismo e da psicanálise nessa disputa. Essa rigidez foi fundamental durante um período histórico. Só que não estamos mais nesse



período histórico. Este novo período histórico nos exige rever essa rigidez como um problema para o marxismo. E isso não significa fazer um revisionismo à obra de Marx. Também não é um chamado ao ecletismo. Temos que voltar ao Marx, inclusive para compreender a realidade na sua complexidade. E significa conseguir trazer alguns elementos que essa geração guerreira não consegue fazer, por exemplo, em algum momento o marxismo ortodoxo vai ter que prestar contas com a psicanálise.

Na minha visão, a psicanálise surge como um sintoma do Capital, resultante da crise do indivíduo burguês no século XIX, estendendo-se ao século XX como uma resposta racionalista à crise. Ela tem um problema de nascença. A psicanálise, segundo essa perspectiva, tem sua origem em um ponto de partida centrado no indivíduo burguês. Freud é um hobbesiano sofisticado. Para o Freud, você tem quase que uma horda primitiva que mata o pai, e para sair dessa violência precisa de um pacto social onde os irmãos fundam a civilização. Agora, cada um abrindo mão de um pouquinho do seu controle, do seu próprio instinto, para que a civilização possa ser possível. Esse mito da horda primitiva é um mito hobbesiano. Hobbes é um autor que toma a sociedade burguesa como universal, mas ela é, na verdade, uma expressão particular do desenvolvimento humano. A psicanálise se fundamenta nesse mito, tomando o indivíduo burguês como o próprio indivíduo. Afirma que o indivíduo é dividido, que é mau por natureza. Se não for o Estado ou o pai, ele se autodestrói. É hobbesiano. Então, vejo isso como o mal de nascença da psicanálise.

Outro problema que avança com Lacan é a noção de real. Quando você vai para a noção de real de Lacan, que tem o indivíduo como ponto de partida, o máximo que você pode fazer é pensar em uma subjetivação que é singular, portanto, ela é irrepetível, incomensurável para cada indivíduo. O real não é algo concreto, mas é algo que se produz na simbolização dos indivíduos. Esses são dois problemas inconcebíveis para o marxismo. No entanto, mesmo assim, a psicanálise, enquanto sintoma, lida com algo que vai além de Lukács. O Lukács inicia com a análise de classe, mas depois introduz a categoria do drama, abrindo espaço para pensar na subjetivação e na consciência como algo não imediatamente transparente. A consciência não é só reprodução mental do real, mas ela também é uma reprodução ativa e uma captura. Você tem uma atividade da consciência que não é apenas passividade como um espelho. Ao mesmo tempo, a subjetivação implica a incorporação de sentidos não imediatamente transparentes, mas permeados de significados em relação ao mundo. Isso é discutido na arte, pois a questão da estética pressupõe pensar na relação não tão transparente entre o real e a consciência.

Ele debate a categoria do reflexo, onde para ele, o reflexo não é um reflexo imediato do mundo, mas um sujeito ativo que se apropria do mundo, e, portanto,



sempre se apropria parcialmente, nunca totalmente. Ele avança ao pensar o estranhamento na ontologia com uma cisão entre o indivíduo e o gênero. No entanto, a psicanálise, em sua visão, demonstra que não há apenas uma cisão entre o indivíduo e o gênero. Eu acho que Lukács vai até aí somente.

Na psicanálise, Freud vai mostrar que a cisão não é apenas entre o indivíduo e o gênero. Ao analisar o mal-estar da civilização, o problema não reside apenas no desejo confrontando uma regra proibitiva. É, na verdade, a internalização da regra, resultando em uma divisão interna entre a vontade de agir e a restrição. Assim, não é apenas o indivíduo que se cinde do gênero, mas o indivíduo que se divide de si mesmo. Aqui tem uma contribuição da psicanálise. Diz mais sobre o drama do burguês contemporâneo do que o Lukács foi capaz de fazer. É por isso que penso que essa geração não está preparada para esse debate, pois ainda estão defendendo a ideia de que o Marx deve ser a resposta, mesmo quando parece insuficiente.

Na discussão sobre a saúde mental, precisamos retomar a clínica psiquiátrica de Fanon. O seu professor, Tosquelles, era um neuropsiquiatra que estava ao redor de intelectuais marxistas, intelectuais como o Merleau-Ponty, psicanalistas, mas também aqueles catedráticos que estavam buscando encontrar as lesões cerebrais como forma de explicar as condições de saúde mental. Era um período de recém-descoberta dos neurolépticos e de uma grande expectativa de que o delírio pudesse ser explicado em termos orgânicos. Não era algo estritamente moral. Havia certa efetividade no uso de alguns psicofármacos.

Fanon, ao iniciar com a sociogenia em “Pele Negra, Máscaras Brancas”, diz que Freud é importante, mas não adianta pensar a singularidade da experiência sem a dimensão social. Essa monografia é reprovada pela faculdade de medicina. Na segunda monografia ele apresenta sobre um transtorno neurodegenerativo no cerebelo, chamado ataxia de Friedreich. Ali, ele se depara com uma questão: a pessoa tem um transtorno neurodegenerativo e fica louca. Mas por que fica louca? Porque o que era esperado, com o conhecimento da época, era que ela perdesse os movimentos do corpo, mas não ficasse louca. Por que ela fica louca? Será que há uma relação biológica com a loucura? Para isso, o caminho que ele vai fazer é muito interessante. Primeiro, ele realiza uma revisão bibliográfica para ver como outros autores trabalharam o tema. Depois, ele vai discutir com os psiquiatras da época. Ele separa duas tradições: a tradição organogenética, que aposta na explicação biologicista ou orgânica, e a tradição psicogenética, que é onde está Lacan, onde está a psicanálise, que aposta que tudo está na linguagem. A resposta de Fanon é uma terceira resposta. Ele vai fazer uma mistura de Merleau-Ponty com a Gestalt. Para pensar uma saída que, na minha opinião, é mais lukacsiana do que Lukács.



Existem três ontologias. A mineral, física e química que está posta no mundo. E quando entra a Biologia tem um salto ontológico, porque a vida é composta de matéria mineral natural. Mas ela é um tipo de combinação muito singular dessa. Então, se você decompõe a vida, você tem minerais, mas se você só juntar minerais, você não tem a vida. Então, ela é um salto ontológico. Tem a ontologia orgânica como uma dimensão que tem uma legalidade própria, que não é mais apenas essa legalidade natural, não é mais mineral, mas também não pode abrir mão dela, porque se não, se a vida não come ela morre, ela não respira. O salto não nega o que está antes, ele só dá uma nova forma de organização. E você tem uma terceira ontologia, que é a ontologia do ser social, que também não nega as crises anteriores. Primeiro que ser social ainda é um ser vivo, ainda que ele não seja completamente determinado pela legalidade biológica.

A emergência da ontologia do ser social não anula as outras dimensões. O ser social ainda é um ser vivo e que não pode ignorar isso em nenhum momento, senão a gente não precisava trabalhar, senão a gente não morria. O Fanon traz uma contribuição a mais para o debate quando ele vai pensar o cérebro e a loucura, porque vai dizer que, de alguma forma, a experiência também altera a biologia. Ele vai falar, por exemplo, de transtornos que de fato criam novas composições neuronais. Mas ele não podia falar como a gente fala hoje. Hoje, Sander Peirce, por exemplo, vai dizer que a criança tem que brincar porque ela nasce com alguns bilhões de neurônios, mas se ela não brinca, ela vai atrofiando esses neurônios. Quando ela crescer vai ter pouca capacidade de inteligência porque não construiu todo um repertório, que é bioquímico também.

Fanon vai por essa linha crítica à psicanálise que coloca tudo no aparelho psíquico. Não o Freud, que começa estudando a pulsão, a teoria das pulsões, olhando o corpo. Mas depois a psicanálise lacaniana coloca tudo para a linguagem. É um Lacan estruturalista da década de 60, que coloca tudo no significado. Para o Lacan, a loucura está no campo do significado, e o Fanon está dizendo que não, não tem só um mundo do significado, porque você precisa ter um cérebro pensando, e se esse cérebro for danificado, também o pensamento vai ter dificuldade de funcionar, ainda que o cérebro possa se adaptar em algumas situações. Todavia, se esse cérebro não é desenvolvido e se a própria experiência, inclusive do âmbito social, com certo desenvolvimento cerebral, também as possibilidades de inteligência vão ser comprometidas. Fanon vai dizer que a criança naquela época que tinha a ataxia de Friedreich era desinvestida, e esse desinvestimento promove o não desenvolvimento das habilidades cognitivas. Na medida que o cérebro atrofiava, ela deixava de socializar com outras crianças. Isso vai ter implicação no seu processo de subjetivação.

Eu penso que o Fanon tá seguindo a linha do lukacsiana, de forma que não



dá para pensar a saúde mental só em termos de significado, ainda que sejamos seres sociais, com, de fato, um predomínio do significado, da linguagem, da experiência dos laços sociais. Esses laços não se fazem sem um corpo.

6. Como podemos pensar a questão da medicalização e também do debate em torno de uma necessidade de termos terapeutas negros para atender com mais efetividade os estudantes universitários negros?

Para Fanon há uma diferença entre o remédio e a medicalização da patologia. Estamos na década de 50, inclusive, em que o eletrochoque é bastante utilizado. Ele, juntamente com seu professor Tosquelles, aplicam o eletrochoque, mas eles estão pensando em como diminuir o papel da parte biológica e do remédio. E para ele, a diminuição da medicação é proporcional ao investimento em socioterapia. Ao mesmo tempo Fanon vai dizer que existem casos que precisam do psicofármaco, mas ele sozinho não vai dar conta, porque nós não somos só biologia. Por outro lado, jogar o remédio fora é um equívoco, porque tem situações em que o remédio permite que a pessoa não se mate, permite que ela aguente viva até que ela lide com seu sintoma. Remédio demais pode fazer, por outro lado, com que as pessoas não lidem de fato com as questões. Para o Fanon a diferença é a dose e não o remédio em si, porque se você dá remédio demais, a pessoa não consegue olhar pros seus sintomas e aí ela não consegue sair nunca.

Em resumo, ele começa com a questão da sociogenia, depois aborda a polarização entre ontogenética e psicogenética para dizer que a saída está na dialética. Essa dialética não é só uma dialética mente-corpo, é também uma dialética sócio-histórica e isso implica um retorno à sociogenia. Para ele o Freud deu uma grande contribuição para psicologia ao introduzir no debate a perspectiva ontogenética, porque antes vigorava a perspectiva filogenética. “Filo” tem a ver com espécie, aquilo que é mais geral, e o “onto” com aquilo que é o singular. Fanon vai dizer que é necessário trazer de volta a perspectiva sociogenética.

Quando ele aborda o psicogenético e depois o organogenético, a amarração que ele faz é retomar essa tríade como mediação entre o que é biológico e o que é experiência subjetiva. Ao trazer essa mediação ele chama atenção, criticando Freud que trabalha o singular e esquece o social, que não se trata de inverter os polos. Ao lado da ontogenia e da filogenia está a sociogenia. É ao lado. Não é antes, não é depois. Como eu leio isso, para chegar na patologização é preciso pensar em sociogenia, portanto, não é sociologizar a saúde mental porque aí não é a sociologia, é a clínica. Quando o Fabrício vai na clínica, quem está indo na clínica é o Fabrício. Não é o trabalhador, não é o



homem branco de 2023. É o Fabrício. E se o Fabrício não for escutado a clínica não vai conseguir ajudar o Fabrício. Se tivermos um sociólogo no lugar do terapeuta fazendo perguntas sobre a renda, o tipo de trabalho que exerce, etc., isso vai dizer muito pouco sobre o Fabrício. O terapeuta é aquele que vai escutar o Fabrício e entender como o Fabrício vivencia a sua experiência subjetiva, até para depois verificar como está o nível desse sofrimento.

Para o Fanon, trazer o social para debate, isto é, reconhecer que o Fabrício é um homem situado historicamente, inserido nesta realidade específica, etc. é importante, mas não pode me eximir de escutar o Fabrício na sua singularidade. Então vamos precisar de uma escuta clínica que é a escuta do Fabrício, porque pode ser que o Fabrício escute um mundo diferente de outros homens que estão na mesma categoria social. Ele pode ter um caminho muito distinto no seu processo de subjetivação. Por outro lado, para Fanon eu não escuto o Fabrício se eu não considerar que ele é um homem do século XXI, brasileiro, trabalhador de uma universidade, etc. É ao lado da filogenia e da ontogenia que está a sociogenia, e isso é muito importante neste debate. Por quê? Porque existe uma psicologia branca, que não discute raça e tem o branco como parâmetro universal. O movimento negro em relação à saúde mental vai exigir o negro. Vai exigir a racialização do debate, uma clínica racializada.

Isso para Fanon é um problema. A clínica não tem que ser racializada, ela tem que ser desracializada, ela já é racializada quando ela toma o branco como figura central. Se eu racializar a clínica e agora construo uma clínica colocando o negro em substituição ao branco como personagem central. Pode ser que esse negro diga muito pouco também. Se o sociólogo chegar com uma série de dados estatísticos sociológicos, generalizantes, sobre o Deivison sem escutar o Deivison, pode ser que o Deivison foi lá para falar de sua relação com seu pai e sua mãe, não para falar de racismo. Ou mesmo para falar que o racismo doeu no Deivison, porque tinha coisa ali que é do Deivison. Ou mesmo ver como aquilo vai doer, se Deivison vai virar um militante, ou se ele vai adoecer, ou se ele vai virar um Fernando Holiday. Vamos ter que escutar o Deivison para entender.

O Fanon exige o social mas para ele é um social que não abre mão do singular. Acho que este caminho evita a patologização a priori porque eu vou trazer o debate como como um repertório. Ao trazer o debate eu permito que a clínica seja mais rica. Tem um psicólogo branco que trabalha comigo e deu exemplo de um paciente que ele estava atendendo. Este paciente dizia que se sentia perseguido. O psicólogo pensava que ele tinha um complexo persecutório específico. O psicólogo dizia trabalhar isso em sessão repetidamente, mas tinha bastante dificuldade em gerar qualquer tipo de mudança. Um dia, o paciente relatou que ganhou de um amigo o livro do Laurentino Gomes sobre a escravidão. Neste livro havia um relato sobre as perseguições aos negros



fugidos. O psicólogo pensou, poxa, este paciente, homem negro, é uma pessoa que acendeu socialmente e habita um lugar que não se espera para ele. Então ele está o tempo todo em alerta, prontidão. O sintoma dele é racial, não é só psicológico. No relato do psicólogo, ele muda o jeito de atender e o sintoma vai embora assim ele dá esse exemplo em consulta. Trazer a dimensão social ajudou, mas se só se traz o social antes, também não ia ser possível ajudar. A resposta do Fanon é essa. Esse debate pode nos ajudar a exigir uma reflexão política dos lugares políticos de poder sem abrir mão, sem fechar o ciclo, sem fechar um diagnóstico antes de escutar a pessoa.

Referências

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (Andifes). **V Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos estudantes de graduação das IFES**. 2018. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2024.